



**EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022 - ATUB**  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

**VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM**

**CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

**AUDITOR DE ATIVIDADES URBANAS**

**101 VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

Data da prova:

Domingo, 15/10/2023

## INSTRUÇÕES

- Você recebeu do fiscal:
  - 1 (um) caderno de questões contendo a prova objetiva, com 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) alternativas de resposta e apenas 1 (uma) alternativa correspondente ao comando de cada questão; e
  - 1 (uma) folha de respostas personalizada.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

***Fez-se do amigo próximo, distante.***

- Verifique se estão corretos a numeração das questões, a paginação do caderno de questões e os dados da folha de respostas.
- Você dispõe de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos para fazer a prova e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas e retirar-se da sala.
- Você somente poderá deixar o local de aplicação de provas levando o caderno de questões quando faltarem 53 (cinquenta e três) minutos para o término do tempo definido para realização da prova.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas devidamente assinada.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não é permitida a utilização de lápis.

## INSTRUÇÕES PARA A PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas, uma única alternativa.
- A folha de respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada e nem pode conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

**Tipo "U"**

Realização **iades**  
Instituto Brasileiro de Desenvolvimento

**PROVA OBJETIVA****DISCIPLINAS GERAIS**  
Questões de 1 a 16**QUESTÃO 1** \_\_\_\_\_

O auditor, ao planejar e executar a auditoria, deve adotar uma postura questionadora, reconhecendo que podem existir circunstâncias que causam distorção relevante nas demonstrações contábeis. Essa atitude do auditor está diretamente relacionada com o requisito denominado

- (A) ceticismo profissional.
- (B) avaliação de riscos.
- (C) zelo profissional.
- (D) obtenção de evidências.
- (E) julgamento profissional.

**QUESTÃO 2** \_\_\_\_\_

Risco de auditoria equivale ao risco de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante. Há risco que decorre da atuação do auditor e há aquele que existe independentemente desse profissional. A esse respeito, é considerado risco do auditor o risco de que

- (A) as demonstrações contábeis contenham distorção relevante antes da auditoria.
- (B) os controles existentes falhem e não detectem uma distorção relevante.
- (C) os procedimentos executados não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, independentemente da presença do controle.
- (D) o processo a ser auditado possa apresentar distorção relevante.
- (E) a evidência de auditoria encontrada não indique a existência de distorção relevante.

**QUESTÃO 3** \_\_\_\_\_

A implementação do sistema de controle interno de uma entidade pressupõe a observância de alguns princípios fundamentais, como a atribuição de responsabilidades, a definição de rotinas internas e a limitação de acesso aos ativos. A verificação periódica para detectar se as normas internas estão sendo seguidas e a avaliação da necessidade de novas normas internas ou de adaptações das já existentes são feitas pela(o)

- (A) auditoria independente.
- (B) órgão de fiscalização de classe – CFC.
- (C) Comitê das Organizações Patrocinadoras – COSO.
- (D) auditoria interna.
- (E) programa de auditoria.

**Área livre****QUESTÃO 4** \_\_\_\_\_

O Relatório de Auditoria é um documento por meio do qual o auditor independente expressa, de forma clara e objetiva, a própria opinião acerca das demonstrações contábeis auditadas. No que se refere aos tipos de opinião, o auditor deve abster-se de expressar opinião quando

- (A) as demonstrações contábeis apresentarem distorções relevantes.
- (B) não conseguiu obter evidência de auditoria suficiente e adequada, e os possíveis efeitos das distorções não detectadas poderiam ser relevantes e generalizados.
- (C) não obteve evidência de auditoria suficiente e apropriada, porém os possíveis efeitos das distorções não detectadas poderiam ser relevantes, mas não generalizados.
- (D) as demonstrações contábeis indicarem distorções relevantes e generalizadas.
- (E) a evidência de auditoria obtida indicar a existência de distorções generalizadas.

**QUESTÃO 5** \_\_\_\_\_

No que tange ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF) como sistema oficial para a gestão de documentos e processos administrativos no âmbito dos órgãos da administração direta e indireta do Distrito Federal (DF), assinale a alternativa correta.

- (A) A Unidade Setorial de Gestão do SEI-GDF é competente para divulgar as políticas, as normas e os manuais relacionados à gestão e à operacionalização do SEI-GDF.
- (B) Entre os objetivos do SEI-GDF, está o de aumentar o uso de papel e os custos operacionais e de armazenamento da documentação física.
- (C) Entre os objetivos do SEI-GDF, está o de flexibilizar a segurança e relativizar a confiabilidade dos dados e das informações.
- (D) Os serviços sociais autônomos e as organizações sociais com contrato de gestão regular e vigente perante o DF não integram a estrutura de gestão do SEI-GDF.
- (E) O SEI-GDF foi instituído como sistema oficial de gestão de documentos e processos administrativos eletrônicos e digitais, no âmbito dos órgãos e das entidades do DF, ficando vedadas iniciativas para implantar sistema semelhante e com o mesmo propósito.

**Área livre**

## QUESTÃO 6

Quanto aos aspectos relacionados ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI-GDF), assinale a alternativa correta.

- (A) O nível “Restrito” no SEI-GDF é aplicado a processos e documentos disponíveis apenas para usuários com credencial de acesso ou assinatura.
- (B) O SEI-GDF é um sistema interativo e de aprendizagem constante, de modo que o usuário, ao escolher a demanda que deseja e direcionar para o órgão da Administração Pública, é obrigado a também escolher o nível para cadastro da demanda e dos documentos no ato de sua produção, que são os níveis “Público”, “Restrito” e “Sigiloso”.
- (C) Os níveis de acesso possíveis para cada tipo de processo no SEI-GDF são configurados posteriormente, razão pela qual o usuário apenas conseguirá selecionar o nível de acesso após ter configurado todo o processo.
- (D) O nível “Sigiloso” no SEI-GDF é aplicado a processos e documentos disponíveis para visualização por usuários das unidades em que o processo tramitará.
- (E) O processo tem início no SEI-GDF com o acesso “Público” e, caso receba um documento restrito (com informações pessoais, por exemplo), permanecerá com o nível de acesso “Público”.

## QUESTÃO 7

No que concerne ao acesso à informação no contexto da Constituição de 1988 e no âmbito do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- (B) Como o constituinte de 1986/1987 não dispunha de tecnologia, e tampouco das teorias constitucionais desenvolvidas ao longo das décadas que se seguiram, os direitos fundamentais hoje continuam “engessados”, não tendo a Constituição autorizado o seu desenvolvimento no decorrer do tempo.
- (C) No interesse do representado, é direito do defensor ter acesso amplo aos elementos de prova em qualquer etapa do procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária e que digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- (D) Para o Supremo Tribunal Federal, o verbete 14 de sua súmula vinculante alcança sindicância administrativa objetivando elucidar fatos sob o ângulo do cometimento de infração administrativa.
- (E) O Supremo Tribunal Federal considerou que documentos e informações contidos nos procedimentos de competência do Tribunal de Contas da União poderão ser acessados a qualquer tempo, independentemente de a informação estar consolidada.

Área livre

## QUESTÃO 8

No que se refere ao acesso à informação no contexto da Constituição de 1988 e no âmbito do Distrito Federal (DF), assinale a alternativa correta.

- (A) O setor privado não deve se subordinar à Lei Distrital nº 4.990/2012 (LAI-DF), mesmo tratando-se de entidades sem fins lucrativos e que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.
- (B) Segundo a Lei Distrital nº 4.990/2012, informação pessoal é aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
- (C) Constituiu-se diretriz da Lei Distrital nº 4.990/2012 a observância do sigilo como preceito geral e da publicidade como exceção.
- (D) Na forma da Lei Distrital nº 4.990/2012, informação sigilosa é aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.
- (E) A Lei Distrital nº 4.990/2012 (LAI-DF) manteve a simetria e a homogeneidade em relação à Lei Federal nº 12.527/2011 (LAI), pois, nos primeiros artigos, a LAI-DF aplica-se aos órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo e Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), além da administração indireta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo DF.

## QUESTÃO 9

Acerca do acesso à informação no contexto da Constituição de 1988 e no âmbito do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A disponibilidade diz respeito à qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
- (B) A autenticidade refere-se à qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
- (C) O tratamento da informação consiste no conjunto de ações referentes à produção, à recepção, à classificação, à utilização, ao acesso, à reprodução, ao transporte, à transmissão, à distribuição, ao arquivamento, ao armazenamento, à eliminação, à avaliação, à destinação ou ao controle da informação.
- (D) Integridade relaciona-se à qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
- (E) Primariedade é a qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, ao trânsito e ao destino.

## QUESTÃO 10

Com relação aos níveis de transparência e ao tratamento da informação, assinale a alternativa correta.

- (A) A transparência reativa implica a obrigação do Estado de divulgar, especialmente na internet, os documentos que estão sob sua responsabilidade e que não estão sujeitos a sigilo. Essa divulgação deve ser feita de forma ampla e acessível, permitindo que a sociedade tenha conhecimento e possa acompanhar as ações e os projetos relacionados às políticas públicas do Distrito Federal.
- (B) O Superior Tribunal de Justiça considerou incluir, no relevo do acesso à informação, a transparência ativa, isto é, o direito do cidadão de requerer a produção de informação não disponível para a Administração Pública, mas que esta tem condições de confeccionar.
- (C) A transparência reativa é uma regra, o sigilo é uma exceção, e o Estado deve justificar, de forma consistente e fundamentada, qualquer descumprimento desse dever de publicidade.
- (D) O acesso à informação como direito fundamental encontra um núcleo de tangibilidade e passível de ponderação. É nesse contexto que o Distrito Federal deve prestar a informação de forma ágil, transparente e com linguagem de fácil compreensão.
- (E) Uma vertente da transparência ativa remete ao dever estatal de dar publicidade às informações públicas que as detém.

## QUESTÃO 11

De acordo com a Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527/2011 – o acesso a informações públicas

- (A) será assegurado, não exclusivamente, mediante a criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e nas entidades do poder público, em local com condições apropriadas para atender e orientar o público quanto ao acesso a informações.
- (B) providenciará o protocolo de documentos e requerimentos de acesso a informações somente no formato presencial.
- (C) notificará acerca da tramitação de documentos apenas nas respectivas unidades e presencialmente.
- (D) promoverá o desestímulo à participação popular ou a outras formas de divulgação de informações.
- (E) promoverá o desestímulo à realização de audiências ou consultas públicas.

Área livre

## QUESTÃO 12

Em relação às disposições relacionadas à Lei Distrital nº 4.990/2012, assinale a alternativa correta.

- (A) São consideradas prescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado as informações cuja divulgação ou cujo acesso irrestrito possam pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população.
- (B) Pode ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.
- (C) As informações ou os documentos que versem a respeito de condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas podem ser objeto de restrição de acesso.
- (D) O disposto na Lei Distrital nº 4.990/2012 exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça, bem como as hipóteses de segredo empresarial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Distrito Federal ou por pessoa física ou jurídica que tenha qualquer vínculo com o poder público.
- (E) A informação em poder dos órgãos e das entidades sujeitos à Lei Distrital nº 4.990/2012, observado o respectivo teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Distrito Federal, pode ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

## QUESTÃO 13

Qual é o objetivo principal da realização de entrevistas e inquéritos como técnicas de abordagem em uma auditoria?

- (A) Verificar a conformidade com regulamentações governamentais.
- (B) Confirmar informações financeiras com terceiros.
- (C) Avaliar a eficácia dos controles internos.
- (D) Obter informações adicionais de funcionários e partes interessadas.
- (E) Identificar discrepâncias nas demonstrações financeiras.

## QUESTÃO 14

Certa empresa de tecnologia, que presta serviços a determinado órgão público, está sendo auditada quanto à conformidade com as políticas de segurança de dados. Durante a auditoria, um auditor desse órgão encontrou uma vulnerabilidade significativa e grave no sistema de segurança, que poderia resultar em uma violação de dados em larga escala. Assinale a alternativa que apresenta a conduta a ser adotada no caso apresentado.

- (A) Emitir um relatório de auditoria sem ressalvas, destacando a vulnerabilidade.
- (B) Comunicar imediatamente a alta administração da empresa e a sua chefia, além de recomendar ações corretivas.
- (C) Ignorar a vulnerabilidade, uma vez que a auditoria não se concentra em assuntos relativos à segurança de dados.
- (D) Encerrar a auditoria sem emissão de opinião em função da vulnerabilidade.
- (E) Emitir um relatório adverso em razão da vulnerabilidade encontrada.

## QUESTÃO 15

Com base nas normas jurídicas, constitucionais e legais, aplicáveis à legislação geral de processo administrativo vigente no Distrito Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) No processo administrativo, devem ser observados, entre outros, os princípios processuais-constitucionais do “juízo natural”, do “duplo grau de jurisdição” e da “inadmissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos”.
- (B) No processo administrativo, devem ser assegurados aos litigantes o contraditório e a ampla defesa, com os meios e os recursos a ela inerentes.
- (C) Os princípios legais da “razoabilidade” e da “proporcionalidade”, aplicáveis ao processo administrativo, devem ser aplicados com observância ao critério de adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.
- (D) Os critérios legais indicativos tanto da observância apenas das formalidades essenciais à garantia dos direitos do interessado quanto da adoção de formas simples suficientes ao necessário grau de certeza, segurança e respeito aos direitos do interessado podem ser sumariados pela ideia de “formalismo moderado”.
- (E) Entre os direitos legais do interessado, está o de fazer-se sempre assistido e processualmente representado por advogado, impondo-se o dever da Administração Pública de providenciar, caso o interessado não possa custear aquele profissional jurídico, a competente atuação de procurador público ou defensor público que supra aquela atuação técnica.

## QUESTÃO 16

Acerca dos “direitos”, dos “deveres” e das regras de “competência” e (ou) de “impedimento” ou “suspeição”, disciplinados pelas normas jurídicas da lei geral de processo administrativo vigente no Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) É direito legal do interessado ser tratado respeitosamente, com adequada e facilitada informação a respeito dos respectivos direitos processuais e da tramitação de seus requerimentos administrativos.
- (B) É direito legal do interessado ter vista pessoal dos autos dos processos administrativos, mas não obter cópia e (ou) certidão das informações e (ou) dos documentos neles contidos.
- (C) É dever legal do interessado expor os fatos pertinentes ao correspondente processo administrativo conforme melhor lhe pareça e atenda aos próprios interesses.
- (D) Conquanto a competência seja irrenunciável, ela pode ser avocada por ato da própria autoridade competente em favor de outra autoridade vinculada a outro órgão/entidade com equivalente capacidade administrativa.
- (E) Há impedimento funcional de atuação a todo aquele agente/servidor público que tenha amizade íntima ou inimizade notória com o interessado.

Área livre

## DISCIPLINAS ESPECÍFICAS

Questões de 17 a 50

## QUESTÃO 17

A Lei nº 2.706/2001 dispõe acerca da reestruturação da Carreira de Fiscalização e Inspeção do Distrito Federal. A esse respeito, assinale a alternativa que apresenta competência privativa dos auditores de atividades urbanas na Área de Especialização Vigilância Sanitária.

- (A) Acompanhar e defender o cumprimento dos atos do poder de polícia administrativa.
- (B) Expedir notificações, intimações demolitórias, autos de embargo de construção, de desembargo, de interdição, de desinterdição, de infração, de apreensão, de liberação, de constatação e de advertência.
- (C) Fiscalizar estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços e outros, verificando as características físicas das instalações, as condições sanitárias, de segurança e de funcionamento de acordo com os dispositivos legais pertinentes.
- (D) Fiscalizar a extração, o trânsito, a comercialização e a utilização de produtos e subprodutos de origem vegetal e mineral.
- (E) Apreender materiais, equipamentos, objetos ou documentos que comprovem irregularidades.

## QUESTÃO 18

As solicitações de informações, as denúncias e as reclamações da população do Distrito Federal são cadastradas no sistema de ouvidoria, por meio dos canais oficiais de atendimento, que são: a internet, o *site* Participa-DF, o telefone 162 ou presencialmente, em qualquer unidade de ouvidoria do governo do Distrito Federal. Considerando as demandas da população que são encaminhadas para a Vigilância Sanitária, assinale a alternativa que indica corretamente o trâmite dessas demandas dentro da Diretoria de Vigilância Sanitária do Distrito Federal.

- (A) Recepção e triagem da demanda pelos servidores administrativos; elaboração da Ordem de Serviço para o auditor, pela chefia imediata; realização da auditoria, pelo auditor designado pela Ordem de Serviço, no estabelecimento denunciado; emissão do termo fiscal pelo auditor; elaboração e envio da resposta pelos servidores administrativos no sistema de ouvidoria.
- (B) Recepção e triagem da demanda pelos servidores administrativos; realização da auditoria no estabelecimento denunciado pelo auditor que estiver disponível; elaboração e envio da resposta pelos servidores administrativos no sistema de ouvidoria.
- (C) Recepção e triagem da demanda pelos auditores; realização da auditoria no estabelecimento denunciado; emissão do termo fiscal por um servidor administrativo do setor; elaboração e envio da resposta pelos auditores no sistema de ouvidoria.
- (D) Recepção da demanda pelos servidores administrativos; elaboração da Ordem de Serviço para o auditor, por qualquer servidor do setor; emissão de relatório técnico da situação da empresa no Núcleo de Inspeção; e envio do relatório no sistema de ouvidoria.
- (E) Recepção da demanda pelos auditores. realização de levantamento das ações fiscais realizadas nos últimos cinco anos no estabelecimento denunciado; e envio do levantamento para o *e-mail* ou o telefone do denunciante.

## QUESTÃO 19

A Secretaria de Segurança Pública (SSP), por suas características, é a responsável por acionar os diversos órgãos de segurança pública, fiscalização e agências (IOAs), para a realização de operações conjuntas. Assim, a Diretoria de Vigilância Sanitária (Divisa) é demandada a participar, de forma integrada com as demais IOAs, em operações, como, por exemplo, a Operação Quinto Mandamento, que realiza ações nas manchas criminais de todas as Regiões Administrativas. Diante dessas informações, assinale a alternativa que apresenta as atribuições dos auditores de atividades urbanas da especialidade Vigilância Sanitária na operação Quinto Mandamento.

- (A) Reduzir, de forma sustentável, os índices de criminalidade relacionados aos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI).
- (B) Reprimir os CVLI, os crimes contra o patrimônio, o uso e o tráfico de drogas, bem como o consumo de bebidas alcoólicas na condução de veículo automotor.
- (C) Fiscalizar o horário de funcionamento dos estabelecimentos, a ocupação da área pública, as condições de trabalho, os processos de trabalho, o consumo de produtos fumígenos e o comércio irregular de dispositivos eletrônicos para fumar.
- (D) Fiscalizar as condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos, a regularização da empresa por meio da fiscalização do licenciamento de todos os órgãos, o consumo de drogas lícitas e ilícitas e o comércio irregular de carnes, peixes e aves.
- (E) Fiscalizar as condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos, os processos de trabalho, o consumo de produtos fumígenos e o comércio irregular de dispositivos eletrônicos para fumar.

## QUESTÃO 20

Em relação às Boas Práticas de fabricação de produtos saneantes, assinale a alternativa correta.

- (A) A empresa deve possuir laboratório de controle de qualidade próprio e independente da produção, e é proibida a terceirização de ensaios de controle de qualidade.
- (B) A validação é prerequisite para qualificação de equipamentos.
- (C) É obrigatório estabelecer procedimentos para a validação de limpeza na fabricação de produtos saneantes.
- (D) As áreas de controle de qualidade onde forem realizados os ensaios microbiológicos devem contar com instalações independentes.
- (E) As empresas fabricantes de produtos saneantes estão dispensadas de manter um sistema de qualidade implementado, por causa da natureza de seus produtos.

Área livre

## QUESTÃO 21

A respeito da auditoria de Boas Práticas de fabricação de produtos saneantes, assinale a alternativa correta.

- (A) As áreas de produção e controle de qualidade devem ter responsáveis independentes umas das outras.
- (B) A empresa deve possuir procedimentos/sistema para assegurar que materiais e produto acabado sejam utilizados com prazo de validade expirado.
- (C) Os membros da equipe de autoinspeção/auditoria interna devem ser somente profissionais da própria empresa, e é proibida a contratação de especialistas externos.
- (D) O processo de recolhimento deve ser registrado, incluindo a conciliação entre as quantidades distribuídas e as quantidades resgatadas do produto em questão, sendo dispensável a emissão de um relatório final.
- (E) É recomendável manter registros de produção para cada lote fabricado de produtos saneantes.

## QUESTÃO 22

Com relação à auditoria das Boas Práticas de fabricação de Produtos para Saúde, assinale a alternativa correta.

- (A) O controle de qualidade é a área responsável por designar e por estabelecer a política das atividades para o gerenciamento de risco.
- (B) Os auditores, pela condução da auditoria de qualidade, podem ter responsabilidade direta pelas matérias que estão sendo objeto de sua auditoria.
- (C) É recomendável que todo colaborador seja treinado para executar adequadamente as tarefas designadas a ele.
- (D) A Política de Qualidade deve estar descrita em um Manual da Qualidade e compreendida por todos os empregados que possam afetar ou influenciar a qualidade de um produto.
- (E) Os produtos devolvidos podem ser utilizados ou processados sem a necessidade de que sua conformidade com os requisitos estabelecidos seja verificada e encaminhada diretamente para consumo.

## QUESTÃO 23

Acerca dos conceitos referentes às Boas Práticas de produtos para saúde, assinale a alternativa correta.

- (A) A auditoria de qualidade é a aplicação sistemática de políticas, procedimentos e práticas de gerenciamento de tarefas de análise, avaliação, controle e monitoramento de riscos associados a determinado produto ou processo.
- (B) Uma reclamação é toda comunicação por escrito, oral ou eletrônica, relativa à não aceitação da identidade, qualidade, durabilidade, confiabilidade, segurança, eficácia ou do desempenho de um produto.
- (C) Uma especificação de produto é a compilação de documentos contendo o histórico completo do projeto de um produto acabado.
- (D) Um processo especial é qualquer processo cujos resultados podem ser completamente verificados sem a realização de inspeções e testes subsequentes.
- (E) O controle de qualidade é o departamento responsável por prover recursos e tem autoridade para estabelecer ou alterar a política e o sistema da qualidade da empresa.

## QUESTÃO 24

Entre as responsabilidades de um auditor, tem-se a organização de cronograma de auditoria, o estudo das legislações relacionadas e o entendimento do procedimento da Anvisa em relação à auditoria. Essas atividades são

- (A) para se realizar durante uma auditoria *in loco*.
- (B) realizadas após a conclusão de uma auditoria.
- (C) de um auditor para avaliação do plano de ação de uma empresa.
- (D) as que um auditor precisa realizar a fim de se preparar para uma auditoria.
- (E) as dos gestores da empresa que vão receber a auditoria.

## QUESTÃO 25

De acordo com as diretrizes das Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, os colaboradores da empresa devem ser qualificados e em quantidade suficiente para desempenhar corretamente todas as atividades. Devem também receber treinamento inicial e contínuo. Essas obrigações se aplicam a

- (A) colaboradores das áreas produtivas.
- (B) todos os colaboradores da empresa.
- (C) terceiros que vão prestar serviços na empresa.
- (D) gestores que realizam definições estratégicas.
- (E) funcionários de serviços gerais que vão acessar as áreas limpas.

## QUESTÃO 26

As responsabilidades de cada colaborador, em todos os processos, devem ser

- (A) documentadas.
- (B) divididas entre diferentes turnos de trabalho.
- (C) descritas em procedimento, de forma resumida, para todas as funções da empresa.
- (D) definidas em treinamento único, no momento da admissão na empresa.
- (E) claramente definidas, compreendidas e registradas nos procedimentos da empresa.

## QUESTÃO 27

Acerca das particularidades relativas ao Pessoal-Chave da Gestão, assinale a alternativa correta.

- (A) As posições-chave podem ser ocupadas por colaborador, que deve atuar, no mínimo, 3 vezes na semana.
- (B) Deve haver independência entre o responsável pela produção e a pessoa delegada pelo sistema de gerenciamento de qualidade farmacêutica para liberações dos produtos.
- (C) O mesmo colaborador da produção pode ser designado para atuar na área de controle de qualidade.
- (D) A dependência entre o pessoal-chave da gestão é necessária a fim de garantir a padronização das informações e decisões.
- (E) O gestor precisa atuar em tempo integral e pode exercer uma ou mais funções de gestão dentro do sistema de gestão da qualidade.

## QUESTÃO 28

Em relação à Segurança Alimentar e Nutricional e à Vigilância Sanitária de Alimentos, assinale a alternativa correta.

- (A) Conforme o art. 200 da Constituição Federal brasileira, compete ao Sistema Único de Saúde (SUS) fiscalizar e inspecionar alimentos, bebidas e águas para consumo humano, portanto a Vigilância Sanitária visa apenas alimentos seguros, isentos de contaminantes.
- (B) Segurança Alimentar e Nutricional trata de um conceito amplo no qual um dos aspectos é o alimento seguro.
- (C) A Segurança Alimentar, na ótica da Vigilância Sanitária, consiste na regulação das práticas de manipulação de produção, a fim de garantir a qualidade sanitária dos alimentos.
- (D) O direito humano à alimentação ainda não está previsto na Constituição Federal de 1988.
- (E) Segurança Alimentar e Nutricional não abrange a disponibilidade e o acesso ao alimento.

## QUESTÃO 29

Em relação às normas de Vigilância Sanitária de alimentos, assinale a alternativa correta.

- (A) Mercados de carnes e açougues, por serem empresas que trabalham com produtos de origem animal, são de responsabilidade fiscal dos órgãos da agricultura.
- (B) Para todos serviços de alimentação, exceto cozinhas hospitalares, a norma nacional pertinente é a Resolução RDC nº 216/2004 Anvisa/MS.
- (C) A Portaria SVS/MS nº 326/1997 é um Regulamento Técnico referente às condições higiênico-sanitárias e de boas práticas de fabricação para estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos.
- (D) Vegetais minimamente processados são de responsabilidade fiscal dos órgãos da agricultura.
- (E) A fabricação de bebidas alcoólicas é de responsabilidade fiscal da Vigilância Sanitária.

## QUESTÃO 30

A respeito dos fatores intrínsecos dos alimentos que afetam o metabolismo dos micro-organismos, assinale a alternativa correta.

- (A) Cor e textura
- (B) Temperatura e irradiação
- (C) Atividade de água e acidez
- (D) Presença de gases e oxigênio
- (E) Estrutura biológica e umidade relativa do ar

Área livre

### QUESTÃO 31

Considerando os dizeres de rotulagem, assinale a alternativa correta.

- (A) A advertência “Contém glúten” deve ser impressa nos rótulos dos produtos alimentícios “não contém Glúten” é opcional.
- (B) Os alimentos, ingredientes, aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia que contenham ou sejam derivados dos alimentos que possam causar alergia, não necessitam trazer advertência antes da lista de ingredientes.
- (C) A declaração da presença de lactose é obrigatória nos alimentos, excluindo bebidas e ingredientes.
- (D) Nos rótulos dos alimentos embalados que tenham sido fracionados na presença do consumidor, a tabela de informação nutricional é obrigatória.
- (E) O lote do produto pode ser determinado pela data de fabricação do produto.

### QUESTÃO 32

O binômio tempo-temperatura é importante para garantir a segurança do produto e deve ser monitorado constantemente para manter o alimento na temperatura adequada, auxiliando na prevenção de contaminação e multiplicação microbiana. A respeito desse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) A maioria das bactérias patogênicas são mesófilas, ou seja, têm sua temperatura ótima de crescimento variando entre 25 °C a 40 °C.
- (B) Todas as espécies microbianas se desenvolvem com a temperatura entre 25 °C a 40 °C.
- (C) Nas temperaturas inferiores à temperatura mínima de crescimento de determinada bactéria, o crescimento se interrompe e as bactérias morrem.
- (D) Nas temperaturas altas, acima de 74 °C, há desnaturação das proteínas estruturais, embora as bactérias permaneçam vivas.
- (E) A temperatura de um meio de cultura ou de um alimento não influencia no metabolismo dos micro-organismos.

### QUESTÃO 33

No que se refere às Doenças Transmitidas por Alimentos e Água (DTA), é correto afirmar que

- (A) o processo de infecção se dá quando o comensal ingere um alimento que, por má prática de acondicionamento, possui uma toxina produzida geralmente por uma bactéria.
- (B) a intoxicação ocorre quando se ingere um alimento contaminado com células vegetativas que vão se multiplicar no organismo da pessoa que o consumiu.
- (C) os sintomas de DTA mais comuns são: dores abdominais, náuseas, vômito, diarreia, falta de apetite; nas ocorrências de intoxicação, a febre é um sintoma comum.
- (D) um surto de DTA é a ocorrência de dois ou mais casos epidemiologicamente relacionados ou de apenas um caso para doenças raras.
- (E) a investigação dos surtos das DTA é realizada a partir de ações apenas da Vigilância Sanitária.

### QUESTÃO 34

A RDC Anvisa nº 51/2011 dispõe acerca dos requisitos mínimos para a análise, avaliação e aprovação dos projetos físicos de estabelecimentos de saúde e define Projeto Básico de Arquitetura (PBA), como um conjunto de informações técnicas necessárias e suficientes para caracterizar os serviços e as obras. Nesse sentido, assinale a alternativa que indica os documentos que compõem o PBA.

- (A) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Consulta Prévia
- (B) Termo de Responsabilidade e Representação Gráfica
- (C) Representação Gráfica e Relatório Técnico
- (D) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Relatório Técnico
- (E) Representação Gráfica e Parecer Técnico

### QUESTÃO 35

O art. 28 da RDC Anvisa nº 51/2011 estabelece prazo de validade para o Projeto Básico de Arquitetura (PBA) aprovado e para o respectivo parecer técnico. De acordo com a norma, o prazo é contado a partir da data de aprovação e pode ser renovado por igual período, a critério da Vigilância Sanitária competente.

Assinale a alternativa que indica o prazo de validade estabelecido na RDC Anvisa nº 51/2011 para o PBA e para o parecer técnico respectivo.

- (A) Trinta dias
- (B) Doze meses
- (C) Trezentos e sessenta dias
- (D) Seis meses
- (E) Noventa dias

### QUESTÃO 36

A RDC Anvisa nº 63/2011 dispõe acerca dos requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde. Conforme essa norma, e de acordo com o que foi apresentado em sala de aula, assinale a alternativa correta.

- (A) O auditor de vigilância sanitária pode cobrar a Licença Sanitária, pois os serviços objeto dessa resolução devem possuir esse documento atualizado.
- (B) A auditoria em boas práticas deve focar apenas na infraestrutura do estabelecimento vistoriado.
- (C) Documentações relativas a capacitações, treinamentos e demais registros relacionados à educação permanente não podem ser exigidos com base nessa norma.
- (D) Os estabelecimentos da Administração Pública não podem ser cobrados no atendimento a nenhum dos itens dessa norma de Boas Práticas em serviços de saúde.
- (E) As Boas Práticas em Serviços de Saúde relacionam-se com os riscos sanitários e não têm nenhuma conexão com o gerenciamento da qualidade, a qualificação ou mesmo a humanização no serviço.

### QUESTÃO 37

O Centro de Material e Esterilização (CME) de classe II é uma unidade funcional de apoio técnico, responsável pelo processamento de produtos para a saúde em serviços de saúde, que realiza o processamento de produtos para a saúde não críticos, semicríticos e críticos de conformação complexa e não complexa, passíveis de processamento. A respeito do CME de classe II, assinale a alternativa correta.

- (A) Deve ter um sistema de climatização que promova diferencial de pressão entre os ambientes. Sala de recepção e limpeza (setor sujo), sala de preparo e esterilização (setor limpo), sala de desinfecção química, quando aplicável (setor limpo), área de monitoramento do processo de esterilização (setor limpo) e sala de armazenamento e distribuição de materiais esterilizados (setor limpo).
- (B) Estabelece um conjunto de medidas comportamentais dos profissionais de saúde visando à prevenção de contaminação cruzada entre o ambiente sujo e o ambiente limpo, na ausência de barreiras físicas (barreira técnica).
- (C) É estruturado em área de recepção e limpeza (setor sujo), área de preparo e esterilização (setor limpo), sala de desinfecção química, quando aplicável (setor limpo), área de monitoramento do processo de esterilização (setor limpo) e área de armazenamento e distribuição de materiais esterilizados (setor limpo).
- (D) Não é obrigada a realização de todas as etapas de limpeza, preparo, desinfecção ou esterilização, armazenamento e distribuição.
- (E) O fluxo dos produtos para saúde a serem processados pode ter cruzamento, ser multidirecional e descontínuo.

### QUESTÃO 38

De acordo com a Instrução Normativa Divisa/SVS/SES-DF nº 27/2021, a estrutura física para a sala de consultório odontológico ou clínicas deve atender aos seguintes requisitos de área mínima, quando os procedimentos forem realizados com uso exclusivo de anestesia local, de sedação inalatória e de sedação endovenosa, respectivamente,

- (A) 9 m<sup>2</sup>, 12 m<sup>2</sup> e 20 m<sup>2</sup>.
- (B) 7,5 m<sup>2</sup>, 9 m<sup>2</sup> e 20 m<sup>2</sup>.
- (C) 7,5 m<sup>2</sup>, 9 m<sup>2</sup> e 12 m<sup>2</sup>.
- (D) 9 m<sup>2</sup>, 9 m<sup>2</sup> e 12 m<sup>2</sup>.
- (E) 9 m<sup>2</sup>, 12 m<sup>2</sup> e 15 m<sup>2</sup>.

Área livre

### QUESTÃO 39

Considerando o disposto na RDC Anvisa nº 36/2013, a respeito de Segurança do Paciente e o que foi ministrado em sala de aula, assinale a alternativa correta.

- (A) O Plano de Segurança do Paciente não deve estabelecer estratégias e ações de gestão de risco, conforme as atividades desenvolvidas pelo serviço de saúde, e sim, procedimentos práticos, reduzidos e objetivos para facilitar e agilizar o atendimento ao paciente.
- (B) A fiscalização, auditoria e o monitoramento de eventos adversos, hemovigilância e farmacovigilância são ações exclusivas do Ministério da Saúde.
- (C) A higienização das mãos é uma política interna do estabelecimento de saúde, não podendo ser objeto de cobrança por parte do auditor da Vigilância Sanitária.
- (D) O Plano de Segurança do Paciente é um documento elaborado pela Anvisa local e encaminhado ao serviço de saúde, que deve cumpri-lo integralmente.
- (E) As seis metas principais relacionadas à segurança do paciente são: identificar o paciente corretamente; melhorar a eficácia da comunicação; melhorar a segurança dos medicamentos de alta vigilância; assegurar cirurgias com local de intervenção correto, procedimento correto e paciente correto; reduzir o risco de infecções associadas a cuidados de saúde; reduzir o risco de danos ao paciente decorrentes de quedas e lesão por pressão.

### QUESTÃO 40

A gestão do controle da qualidade (GCQ) no serviço que executa exames de análises clínicas (EAC) é de fundamental importância para assegurar a confiabilidade de suas atividades. Nesses serviços, a GCQ é composta, no mínimo, pela realização do controle interno da qualidade (CIQ) e do controle externo da qualidade (CEQ).

Quais parâmetros são avaliados respectivamente pelo CIQ e pelo CEQ em um serviço que executa EAC?

- (A) Acreditação e precisão
- (B) Precisão e eficácia
- (C) Acreditação e eficácia
- (D) Precisão e exatidão
- (E) Exatidão e eficiência

### QUESTÃO 41

Ao se realizar uma auditoria em um serviço que executa exames de análises clínicas (EAC), é fundamental a análise do conjunto de documentos técnicos que compõem o Programa de Garantia da Qualidade (PGQ). O gerenciamento dos processos operacionais é um dos principais pontos de implementação do PGQ nesse tipo de serviço.

Processos define-se como o conjunto de todas as atividades relacionadas à realização de EAC, divididas nas seguintes fases:

- (A) pré-analítica, analítica e pós-analítica.
- (B) simétrica, assimétrica e assíncrona.
- (C) inicial, intermediária e avançada.
- (D) pré-analítica, analítica e não analítica.
- (E) semianalítica, analítica e não analítica.

## QUESTÃO 42

Os serviços que executam exames de análises clínicas (EAC) são classificados em serviços tipo I, tipo II e tipo III. Com base nessa classificação, assinale a alternativa que apresenta um exemplo de um dos serviços tipo I, tipo II e tipo III, respectivamente.

- (A) Consultório isolado, farmácia e laboratório clínico
- (B) Posto de coleta, farmácia e laboratório clínico
- (C) Consultório isolado, centro cirúrgico e laboratório de anatomia patológica
- (D) Consultório isolado, farmácia e laboratório de anatomia patológica
- (E) Farmácia, posto de coleta e laboratório clínico

## QUESTÃO 43

Assinale a alternativa que **não** corresponde a elemento necessário para lavratura do Termo Fiscal.

- (A) Nome do estabelecimento ou pessoa fiscalizada, bem como os demais elementos necessários à sua qualificação e identificação civil.
- (B) Registro de antecedentes do estabelecimento.
- (C) Local, data e hora da lavratura do termo.
- (D) Descrição, de forma legível e adequada, da motivação da ação e de seus desdobramentos.
- (E) Registro de ciência pelo fiscalizado mediante assinatura ou, na sua ausência ou recusa, de duas testemunhas.

## QUESTÃO 44

A respeito do arcabouço legal que rege o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), assinale a alternativa correta.

- (A) Caso o Distrito Federal não faça a contrapartida de recursos para a saúde no seu orçamento, os recursos destinados às ações de vigilância sanitária serão administrados pela União.
- (B) As instâncias e os mecanismos de controle e fiscalização inerentes ao poder de polícia sanitária dos agentes públicos do Distrito Federal estão definidos em lei federal.
- (C) A Agência Nacional de Vigilância Sanitária, como autoridade máxima do SNVS, pode executar ações de vigilância sanitária no Distrito Federal conforme a sua conveniência e oportunidade.
- (D) Instituições privadas sem fins lucrativos podem exercer inspeção e fiscalização sanitária, no âmbito de sua competência, mediante contrato de direito público ou convênio com a Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal.
- (E) Em caso de conflito normativo entre regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal e resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, prevalece a norma distrital em razão das determinações constitucionais da descentralização das ações de saúde e da competência de legislar acerca de assuntos de interesse local.

## QUESTÃO 45

O Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) é um componente indissociável do Sistema Único de Saúde. A atuação da Vigilância Sanitária parte do modelo de atuação de forma integrada e descentralizada, com responsabilidades compartilhadas entre as três esferas do governo (União, estados, Distrito Federal e municípios) em grande parte das ações. Acerca desse tema, assinale a alternativa que apresenta apenas instituições integrantes do SNVS.

- (A) Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal, Laboratório Central de Saúde Pública do Maranhão, Ministério Público e Conselho Municipal de Saúde de Goiânia.
- (B) Fundação Oswaldo Cruz, Laboratório Central de Saúde Pública de Mato Grosso, Secretaria de Estado da Saúde da Bahia, Ministério da Saúde e Conselho de Saúde do Distrito Federal.
- (C) Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal e Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais.
- (D) Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, Conselho Nacional de Saúde e Fundação Oswaldo Cruz.
- (E) Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal e Conselho Municipal de Saúde de Manaus.

## QUESTÃO 46

A respeito das competências e das atribuições da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, estabelecidas pela Lei nº 8.080/1990 e pela RDC/Anvisa nº 560/2021, assinale a alternativa correta.

- (A) A Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal pode cancelar a Autorização de Funcionamento de empresas sujeitas à vigilância sanitária, desde que sob sua jurisdição.
- (B) O licenciamento sanitário de uma indústria de alimentos de alcance nacional instalada no Setor de Indústria e Abastecimento de Brasília é competência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- (C) A Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal pode estabelecer regulamentos sanitários locais, ainda que não haja norma federal a respeito do assunto.
- (D) A inspeção sanitária de uma empresa processadora instalada em Águas Lindas de Goiás (GO), que presta serviços exclusivamente a atividades da área da saúde do Distrito Federal, é de responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal.
- (E) Se pactuado na Comissão Intergestores Bipartite (CIB), a Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal pode licenciar os serviços sujeitos à vigilância sanitária pertencentes à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

## QUESTÃO 47

O Processo Administrativo Sanitário (PAS) é uma espécie de processo administrativo que tem por objetivo apurar a possível ocorrência de infrações à legislação sanitária. No âmbito do Distrito Federal, as infrações, as penalidades, os procedimentos e o PAS são regidos pela Lei Federal nº 6.437/1977, que dispõe acerca

- (A) das condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.
- (B) da vigilância sanitária à qual ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências.
- (C) do controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências.
- (D) do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências.
- (E) da configuração de infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

## QUESTÃO 48

As infrações sanitárias serão apuradas no processo administrativo próprio, conforme art. 12 da Lei Federal nº 6.437/1977. Qual é a peça inaugural do Processamento Administrativo Sanitário?

- (A) Termo de Interdição
- (B) Termo de Orientação e Vistoria
- (C) Termo de Apreensão
- (D) Auto de Infração
- (E) Termo de Ajuste de Conduta

## QUESTÃO 49

A notificação dos atos praticados no Processo Administrativo Sanitário é de extrema relevância, pois é o meio pelo qual se dá ciência ao autuado das infrações que lhe estão sendo imputadas, das decisões posteriores, bem como dos prazos para efetuar sua defesa ou para recorrer.

De acordo com os incisos do art. 17 da Lei Federal nº 6.437/1977 as formas de notificação ao autuado são

- (A) pessoalmente, pelo correio ou via postal e por edital, se estiver em lugar incerto e não sabido.
- (B) pessoalmente e por edital.
- (C) pessoalmente, pelo correio ou via postal e por *e-mail*.
- (D) pelo correio ou via postal.
- (E) pessoalmente e por *e-mail*.

Área livre

## QUESTÃO 50

Após a apresentação de defesa ou impugnação do Auto de Infração, a autoridade julgadora deverá ouvir o servidor atuante, que irá se pronunciar no prazo de

- (A) cinco dias.
- (B) quinze dias.
- (C) trinta dias.
- (D) dez dias.
- (E) vinte dias.

Área livre

# ATENÇÃO

**Aguarde a autorização do  
fiscal para iniciar a prova.**

Realização

**iades**

Instituto Americano de Desenvolvimento